

Governo impõe e ao povo resta obedecer

Da sucursal de
BRASÍLIA

Se dúvidas existiam, o presidente da República as desfez. Demonstrou, em seu mais recente pronunciamento pela televisão, segunda-feira, que, apesar de todos os avanços institucionais, o governo continua a se comportar como tutor da Nação. A ele cabe decidir, isolada e imperialmente, sem a participação da sociedade nos diagnósticos e na receita. A nós sobra apenas buscar unidade no cumprimento de suas decisões. Como sempre, uns mandando e outros obedecendo. Para os que mandam, isso representa integração. Para os que obedecem, tutela.

Tomem-se, de tantos, alguns parágrafos da fala presidencial:

"Como eu disse (os problemas) já atingiram ou estão chegando a um ponto crítico, que exige medidas apropriadas e as reavaliações necessárias. Temos de atacar esses problemas com medidas decisivas, e isso vai doer em muita gente". "Vão ferir pessoas e ferir interesses. Exigirão sacrifícios praticamente de todos os brasileiros." "Então, os critérios que selecionam as medidas têm que ser firmes e claros na defesa dos interesses maiores da coletividade, na proteção do povo." "É preciso traçar uma estratégia com objetivos claros, palpáveis, capaz de obter a confiança do povo, dos empresários e dos trabalhadores."

Indagado sobre como seria traçada a estratégia, não vacilou:

"Eu sei que é difícil, mas estamos estudando, estamos trabalhando para isso. Temos de contornar, atravessar ou saltar muitos obstáculos". "Eu espero que todos — quer sejam governantes, políticos, empresários e trabalhadores — vamos somar o imenso potencial de nossa gente e vamos, juntos, unidos, com a participação de todos, desenvolver uma plataforma econômica capaz de apoiar solidamente o nosso avanço democrático."

Entre os dois conceitos, o da necessidade da adoção de novas medidas e o da importância de todos as seguirem, existe um hiato. Ninguém foi chamado, nem agora, diante do clímax da crise, nem antes, quando ela se prenunciava, para transmitir sugestões e experiências. Nem sequer para conhecer as diretrizes oficiais e, antes de sua aplicação, examiná-las e fazer ponderações. Decide o governo sobre o futuro da iniciativa privada no País, mas sem consultar um único empresário. Adota, em paralelo, iniciativas que pesarão sobre os assalariados, mas nenhuma associação de classe ou segmento foi convocado.

A tecnocracia ocupa todos os espaços, mesmo quando se tem de haver com assessores e auxiliares palacianos mais voltados para preocupações políticas ou sociais, como Leitão de Abreu ou Octávio Medeiros. Provavelmente os tecnocratas não conseguirão impor tudo o que pretendem, mas o que vierem a impor terá sido por conta, risco e decisão próprias. Tudo se passa no clube fechado do Planalto, e por isso, até hoje, nada tem dado certo. As mil e uma voltas no parafuso das agruras sociais se tomam com as ferramentas do Executivo federal, pródigo na utilização não só das chaves de parafuso, mas do martelo, dos alicates e até da picareta.

Sendo a crise tão amarga, como é, reconhecida pelo general João Figueiredo, o mínimo a esperar seria um amplo debate nacional para equacioná-la e resolvê-la. Um trabalho, mesmo sob a liderança do governo, em condições de proporcionar o consenso imprescindível à aceitação de sacrifícios e de dores. Ou de interesses feridos. Uma sociedade se mobiliza não para receber e

ouvir ou acasos, mas, precisamente, para o oposto: para participar e, participando, unir-se.

Faz pouco menos de dois anos que o PMDB, quando ainda era um partido de luta, ofereceu ao presidente da República resposta prática às perorações sobre suas mãos estendidas. Propôs o senador Marcos Freire, na liderança, que o governo abrisse um diálogo objetivo com a Nação, convocando as direções partidárias, os representantes do empresariado e os trabalhadores, a intelectualidade, a Igreja e os estabelecimentos de estudos superiores, inclusive militares, para obter subsídios sobre os rumos a seguir. A ninguém seria dado recusar sentar-se à mesa com o presidente, e das conversas surgiria, senão a união nacional, ao menos uma composição necessária à superação da crise prevista. Diversas figuras oposicionistas da maior expressão apoiaram o líder, começando por Paulo Brossard e Teotônio Vilela. Entidades empresariais, consultadas, manifestaram-se favoravelmente. Até os sindicatos se mostraram simpáticos, para não falar da CNBB.

A sugestão deu em nada. Nem sequer foi ouvida no Olimpo. Ainda seria tempo, mesmo com atraso, mas quem esperar por esse milagre que o faça deitado. Nem agora, em meio ao mais aceso da crise, o governo se dispõe a ouvir a sociedade. Dita, como ditará nas próximas horas, mais um pacote, "desta vez a saída no fim do túnel". Vai ficando evidente do mais novo discurso do general João Figueiredo, porém, que no túnel, imóveis, estamos todos, vendo a luz se aproximar. É uma locomotiva correndo célere ao nosso encontro...

Do pronunciamento de dois dias atrás haverá que ressaltar um trecho cômico, se não fosse trágico. Deprimente e inexplicável. Quatro anos e quase três meses depois de empossado, o presidente da República enumera as expectativas: o aumento da dívida externa, o aumento do déficit público, o aumento da inflação, o aumento da recessão, o aumento do juro e o aumento do desemprego. E arremata dizendo não serem esses os objetivos do seu governo. "Eu não aceito isso como resultado da minha estratégia, dos planos traçados para um país como o nosso. E o nosso povo, como eu, não pode aceitar esse resultado."

A indagação que fica é relativa a quem falhou, se o povo ou se o seu governo. E se, falhando, não seria hora de tentar outras fórmulas e outras soluções, a começar pela consulta ampla à sociedade...

Guerra fria

Partiu do presidente da República a tese de que os ministros deveriam presidir os conselhos de administração das empresas estatais, pois as controlariam de perto, evitando desperdícios e estouros em seus orçamentos. Não vem ao caso analisar o conteúdo, de resto lamentável, já que demonstra serem os atuais presidentes das estatais inimigos do governo, rebeldes e refratários às suas diretrizes. Importa, hoje, acentuar que a proposta, transmitida ao senador Jorge Konder Bornhausen, corre o risco de ter o mesmo fim dos diversos pacotes econômicos anteriores: o malogro e o esquecimento. Porque, nas estatais, a reação é violenta. Na Petrobrás, por exemplo, já se descobriu que o ministro César Cals não poderá presidir seu conselho de administração. A Constituição proíbe que parlamentares exerçam essas funções, e o ministro das Minas e Energia é senador... A guerra fria entre Cals e Ueki vai tão longe que nem sequer a descoberta de novo poço de petróleo em Campos lhe foi participada. Leu pelos jornais que produziremos mais dois mil barris/dia...

C.C.